

Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) (2014), *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book.

Orlando César

Professor na ESE de Setúbal. Doutorado em Sociologia. Jornalista.

O livro *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, editado pela UMAR/Universidade Feminista comporta um elemento simbólico, o de apresentar dois textos de duas das Três Marias. Maria Isabel Barreno prefacia a obra, constituída por 28 textos apresentados na Universidade Feminista, no seu primeiro ano de actividade (2013-2014), enquanto Maria Teresa Horta participa com o texto da sua comunicação.

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa são as autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, cuja primeira edição surgiu em 1972 e lhes valeu a perseguição da ditadura fascista. A três autoras – que, no processo judicial interposto contra elas pelo regime, ficaram conhecidas como Três Marias – escolheram como texto matricial as *Cartas Portuguesas*, de Mariana Alcoforado, para denunciar e desmontar a situação em que viviam as mulheres portuguesas.

Qualquer das autoras já antes assumira a crítica ao salazarismo e, simultaneamente, a expressão da sua perspectiva feminista. Maria Isabel Barreno participa em 1968 com um depoimento para *A Condição da Mulher Portuguesa*¹, segundo livro da colecção *Polémica*, dirigida por Urbano Tavares Rodrigues e editado pela Editorial Estampa. Em 1976 procede à análise da representação da mulher na literatura e na imprensa². Maria Teresa Horta, que antes do 25 de Abril participou activamente nos movimentos feministas e de emancipação da mulher, publicou em 1975 e 1976, respectivamente, *Aborto – Direito ao nosso Corpo*³ e *Mulheres de Abril*⁴.

Percursos Feministas está organizado em sete capítulos e traduz «a multiplicidade temática e formal», como afirmam as organizadoras da obra, que a Universidade Feminista acolhe e pretende divulgar. Os 28 textos são todos de auto-

¹ Os outros autores de depoimentos incluídos nesta obra são Isabel da Nóbrega, Augusto Abelaira, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa, Natália Nunes, Augustina Bessa Luís e Sérgio Ferreira Ribeiro.

² Barreno, Maria Isabel (1976). *A imagem da mulher na imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina. Com a colaboração de Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Maria Cristina Perez Dominguez e Teresa Maria Mesquita Duarte Santos.

³ Inquérito conduzido com Célia Metrass e Helena Sá Medeiros e editado em Lisboa pela Editorial Futura.

⁴ Editado em Lisboa pela Editorial Caminho.

ria feminina e correspondem às intervenções das oradoras na Universidade Feminista, que se constitui como «um fórum não formal para discussão e disseminação de saberes» e que «procura aliar velhas e novas gerações de pessoas comprometidas em ‘mudar a vida’».

As temáticas abordadas englobam questões de natureza política, civilizacional e societária. Embora este mosaico tipológico cubra a multiplicidade temática, existem assuntos específicos que ganham proeminência, como sejam a própria Universidade Feminista e as correntes do feminismo ou o trabalho das mulheres e a cidadania lésbica.

Maria Isabel Barreno alude no prefácio à diversidade de enunciados e assuntos. Foca como recorrente a abordagem da ocultação, da invisibilidade das mulheres, questão essa que se alarga «numa sombra genérica que quer ao nível dos factos quer ao nível dos estereótipos, se opõe ao protagonismo das mulheres». A escritora deduz que é representada uma realidade «cuja análise começa há cerca de duzentos anos, e que, apesar das mudanças e dos inegáveis progressos, se mantém até agora».

Para tornar mais útil a introdução a que se propôs à leitura dos trabalhos, Maria Isabel Barreno optou por «tentar reflectir sobre as possíveis causas que têm impedido uma mudança mais rápida e completa» nas sociedades europeias. Coloca, desde logo, no prefácio duas perguntas: (1) qual a causa da invisibilidade das mulheres? e (2) qual a causa da sua inferioridade? A ordem social, as hierarquias sociais e a divisão da sociedade em classes elucidam essas causas. Enquanto na monarquia a inferioridade das mulheres era estabelecida no quadro da ordem divina e da autoridade da religião, a sociedade burguesa do século XIX enraizou-a «na imutabilidade do ‘natural’». A mulher não tem direitos políticos nem de propriedade, o seu espaço é o privado, onde há «apenas actividades naturais, afectos e sentimentos». E a construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras constitui-se como «elemento de construção de toda a sociedade».

A contestação da naturalidade do «ser mulher» só começou, porém, em meados do século XX. Os conceitos «mulher» e «homem» são tomados como socialmente construídos. Maria Isabel Barreno alude à reflexão feminista e à contribuição do feminismo para o pensamento pós-moderno. Aborda as lutas e a reconfiguração da ideologia do patriarcado ao longo dos tempos e em adaptação a cada época. «Há discursos novos, e discursos que desaparecem e reaparecem em novas formas, mas o propósito constante desagua sempre no tema da ocultação, da manutenção da invisibilidade da verdadeira História das mulheres».

É um texto denso, no qual a autora intenta revelar as camadas sedimentares depositadas ao longo dos anos. Questiona se as causas que mantêm tal situação não radicam na «multiplicidade de funções gratuitas das mulheres», em que assenta o tecido económico e social. «A dominação tem sempre uma causa económica, que é ocultada sobre outros discursos». Interpela o conceito de ideologia, mas também se refere ao vocábulo «género», usado como substituto de sexo, que para a autora merece melhor reflexão. «A língua é o nosso primeiro e básico meio

de interpretação da realidade» e a tradução literal da palavra, a partir do inglês, «pode trazer conotações e ligações a conteúdos mentais muito diferentes».

Maria Isabel Barreno valoriza os estudos já realizados pela investigação de um número significativo de mulheres e o seu contributo para «desconstruir diversas estruturas ideológicas», como é o caso do seminário organizado pela Universidade Feminista. Adverte para as simplificações da complexidade do nível individual e aborda o paradoxo da abstracção do conjunto mulheres. Afirma que «não é um grupo abstracto que mobiliza para uma luta, são os objetivos claramente definidos, concretos, que reúnem e mobilizam as pessoas».

27 autoras

Manuela Tavares e Lígia Amâncio abordam a Universidade Feminista no primeiro capítulo. A primeira das investigadoras foca-se no espaço de reflexão e debate. Um projecto que pretende «pular os muros das universidades, não prescindindo dos saberes académicos que são fundamentais, mas dando oportunidade a um número mais diversificado de destinatários/as de debater e reflectir». Lígia Amâncio alude à capacidade mobilizadora de que o feminismo é capaz «enquanto projecto de mudança» e à sua influência no plano social, individual, político e ideológico.

As comunicações de três outras autoras justificam o título do capítulo (Desordens no Planeta... E no entanto elas movem-se). Joana Miranda centra-se na «percepção de desordem», a sensação que decorre dos «tempos em que vivemos», da «desigualdade de género» e das «migrações das mulheres», enquanto Eduarda Ferreira aborda a desordem na «perspectiva dos direitos LGBT». Maria Teresa Horta, num texto poético, escreve que, «no entanto, elas movem-se». As mulheres «arriscam, galgam, dominam, tentam metas que as exaltam e indomadas afirmam, estudam, escrevem e investigam». E assim conferem à humanidade «cintilações e liberdade».

No segundo capítulo, quatro autoras escrevem sobre migrações e cidadania. Rosana Albuquerque e Joana Miranda centram-se nos quotidianos de mulheres migrantes, cujo envolvimento e participação «podem constituir importantes factores de mudança e de renovação». Ana Leonor Marciano aborda a convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, a Convenção de Istambul, e insta à adequação do quadro legislativo português a este diploma que vigora há um ano. Sandra Delgado apresenta os principais resultados de uma investigação no Bairro do Talude, em Unhos, no domínio da cidadania, considerada como «a expressão máxima de integração numa sociedade».

O terceiro capítulo é dedicado aos usos do tempo. Cristina L. Duarte introduz o tema e as três convidadas (uma artista e professora, uma autora e uma socióloga). Paula Roush apresenta um projecto de investigação artística que con-

duziu nas Aldeias do Xisto e centra o seu olhar no uso dos baldios e das práticas comunitárias. Considera os baldios como «um terreno muito útil para a produção do lugar» e, «acima de tudo, um lugar de resistência». De facto, nos anos 60 e 70 do século passado, os camponeses travaram importantes lutas pela gestão dos baldios. Heloísa Perista foca «um olhar feminista sobre os usos do tempo», isto é, alude aos usos que mulheres e homens dão aos tempos, à «*genderização* do tempo». Gisela Miravent aborda os usos do tempo numa óptica fantasiosa, o tempo das fadas e o tempo libertado das formas.

Manuela Tavares e Maria José Magalhães discorrem, no quarto capítulo, sobre as correntes do feminismo e a sua reconfiguração nos tempos actuais. Texto que se baseia na sessão sobre as correntes do feminismo, nas décadas de 1970/80, em Portugal, realizada na Universidade Feminista. Mas também enquadram as correntes dos feminismos nas últimas quatro décadas e nas suas diversas *nuanças*. Catarina Martins produz uma síntese de «alguma teoria feminista de mulheres africanas», enquanto Shahd Wadi aborda «as dinâmicas e as contradições dentro da própria resistência feminista árabe em geral e palestiniana em particular. O texto de Natividade Monteiro centra-se no «movimento feminista português da primeira vaga, coincidente com a expansão da propaganda republicana» (1906-1928).

O quinto capítulo centra a narrativa nos «40 anos após Abril», nas evoluções e continuidades da condição das mulheres, de que falam cinco mulheres. Três dos textos são testemunhos na primeira pessoa e os outros dois objectos de investigação. Diana Andringa expõe o seu percurso pessoal, profissional e político e alude à «diferença imensa» que o 25 de Abril de 1974 representou na nossa vida. Pronuncia-se sobre aquilo em que valeu a pena, o que perdura e o que ainda falta fazer. Irene Rodrigues apresenta a sua experiência de livreira na Livrelco, a cooperativa de estudantes universitários de Lisboa e refere-se à luta das cooperativas culturais no princípio dos anos 70, que culminou no seu encerramento pela ditadura em 1972. Isabel do Carmo fala de «uma rapariga numa vila industrial», ela própria, nascida e criada no Barreiro. Maria Antónia Pires de Almeida proporciona «uma resenha da legislação e uma avaliação sociológica da classe política portuguesa com o objectivo de abordar a questão do género», enquanto Maria Helena Santos, com base em duas investigações, refere-se a alguns obstáculos à participação das mulheres na política e ao acesso ao poder.

Albertina Jordão produz o texto introdutório sobre o quinto ciclo da Universidade Feminista, representado no capítulo sexto, sob o sugestivo título: «Ser famosa é ter o nome nas palavras cruzadas ou porque o trabalho das mulheres é desvalorizado». Teresa Pinto aborda a construção da invisibilidade das mulheres trabalhadoras numa perspectiva histórica, «contrariando a noção de que o acesso das mulheres ao trabalho teria sido uma conquista do século XX», enquanto Virgínia Baptista refere-se à integração das mulheres no mercado de trabalho, em Portugal, desde finais de oitocentos e, também, à sua participação no movimento mutualista.

Por último, são abordadas no capítulo sétimo as «Sexualidades e Cidadanias Lésbicas». Gracia Trujillo centra-se no legado de Monique Wittig aos activismos feministas. Fabíola Neto Cardoso foca a história do movimento lésbico em Portugal, numa «visão muito pessoal e vivenciada na primeira pessoa». Eduarda Ferreira «explora as relações entre a cidadania sexual e espaço, realçando as intersecções entre espaço, orientação sexual e género. Isabel Bento alude à visibilidade lésbica enquanto «elemento estruturante da nossa identidade e da nossa vida» e como «contributo fundamental para a mudança de mentalidades».

Karamessini, Maria; Rubery, Jill (org.) (2014), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, New York, Routledge, 358 pp.

Carina Jordão

Doutoranda em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo
na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O presente livro, organizado por Maria Karamessini e Jill Rubery, resulta do trabalho científico apresentado em dois colóquios internacionais intitulados «Women, Gender Equality and Economic Crisis» que tiveram lugar em Atenas, no final de 2011, e em Reykjavik, no início de 2012. Esta obra é uma iniciativa que, em resposta à austeridade, vem demonstrar de forma inexorável como a crise económica e financeira de 2008 afetou as mulheres, sobretudo nos países sujeitos aos maiores desafios em termos de ajustamento. Além disso, de certo modo, constitui-se também como uma atualização do clássico «Women and Recession», publicado pela Routledge em 1988 e reeditado em 2010.

Dividido em três partes, o livro reúne contributos de conceituados/as investigadores/as da Europa e dos Estados Unidos. A primeira parte é composta por três capítulos. No capítulo introdutório são apresentados os objetivos e a estrutura do livro e é feito um enquadramento genérico (Karamessini). O seguinte fornece um quadro analítico para estudar a situação das mulheres em contextos de austeridade (Rubery) e o terceiro dá conta das transformações operadas no contrato de género ao longo do tempo (O'Reilly e Nazio). A segunda parte abre com um capítulo que, grosso modo, analisa o impacto da crise de 2008 na igualdade no mercado de trabalho dos países da Europa, comparando a posição das mulheres e dos homens (Bettio e Verashchagina). De seguida, são apresentados os estudos de caso de nove países. Cada país é analisado num capítulo independente. Além dos Estados Unidos (Albelda), onde teve início a referida crise, são objeto de análise a Islândia (Thorsdottir), o Reino Unido (Rubery e Rafferty), a Hungria